

# Sistemas de responsabilização de mídia

*Media accountability systems*

**Renata Cristina da Silva** | rezoca@hotmail.com

Jornalista, bolsista da Capes, mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

---

**Resenha do livro "O Arsenal da Democracia",  
de Claude-Jean Bertrand, Bauru, 2002**

Em “O Arsenal da Democracia” o francês Claude-Jean Bertrand discute a viabilidade e importância dos sistemas de responsabilização de mídia originados na sociedade civil, sem intervenção governamental. Diferentemente de leis, códigos e sistemas punitivos, o autor sugere meios reguladores participativos e que, de fato, contribuam para a melhoria dos conteúdos midiáticos e envolvimento da comunidade no processo de construção da notícia. Esses canais, chamados de MAS, funcionariam como “balanças”, medindo os níveis de parcialidade, utilidade pública e interferência dos veículos de comunicação na cobertura dos mais diversos assuntos. Como o autor define “esses sistemas são um misto de controle de qualidade, serviço ao consumidor e educação contínua” (p. 35).

Para projetar o vasto campo de atuação dos MAS, Bertrand faz uma divisão em três grupos: de documentos impressos, pessoas/grupos e processos. No que diz respeito ao programa impresso, temos exemplos já conhecidos na imprensa brasileira, contudo, ainda pouco utilizados e respeitados pelos profissionais da área. Entre eles, está o Código de Ética e a Lei de Imprensa, sugeridos pelo autor como um texto elaborado pelos jornalistas e levado ao conhecimento do público.

Além do já existente em alguns países, há práticas impressas citadas pelo autor, como a “Carta Aberta” apontando algum problema de mídia, meios de correções de notícias ou até programas de “Crítica de Mídia”, que discutem as próprias coberturas jornalísticas. A revista semanal “Observatório da Imprensa” é a que mais se aproxima desse modelo no Brasil. Bertrand também defende que em um mesmo veículo houvesse a análise das notícias com pontos de vista diferentes, dando a mais de um repórter a missão de cobrir um fato a partir de ângulos distintos. Dessa forma, os discursos homogêneos, tão presentes na imprensa e disseminados na sociedade, poderiam ser minimizados.

O segundo programa de vigilância proposto pelo autor seria de indivíduos ou grupos. Nesse contexto, ele sugere comissões de avaliação de conteúdo, equipes de revisão nos veículos, orientadores de ética e centrais de queixas ou serviço ao consumidor (p. 40). Com as redações cada vez mais enxutas, salários baixos e crescente terceirização dos serviços, a conjuntura real dos veículos não prevê espaço para autocrítica. Há situações pontuais, como é o caso dos *Ombudsmen* da Folha de São Paulo, do Jornal O Povo e também da Radiobrás. Em maior ou menor grau, nem sempre esses críticos cumprem seu papel, deixando a sensação de que “não passam de manobras de relações públicas” (p.45).

Mesmo com a falta de interesse por parte da mídia, a mobilização poderia, ainda, partir dos próprios jornalistas em veículos independentes, grupos de trabalho e cidadãos. Nesse sentido, entrariam outros aparatos de vigilância e responsabilização, como os Conselhos Locais, Regionais e Nacionais de Imprensa, citados pelo autor (p.38). A sensação é de que os leitores são “meros consumidores”. Ainda assim, as mínimas atividades no setor não privilegiam o local, mas sim o nacional.

A questão dos processos (aperfeiçoamento) – através da *Media Literacy* (alfabetização de mídia) é apontada por Claude como terceira alternativa de sistemas de responsabilização de mídia. No que diz respeito a esse tópico, a educação superior é destacada pelo mesmo, defensor da exigência do diploma de jornalista. O assunto é tema de debates infundáveis em todo o país, devido à votação prevista no Supremo Tribunal Federal. Contudo, como o próprio autor aponta, a grande questão é a qualidade dos cursos de Comunicação Social, assim como a ética e diversidade na produção dos conteúdos. Países como os Estados Unidos, Japão e França, entre outros, não exigem o diploma específico e, no entanto, ao que se sabe, mantêm cursos de jornalismo altamente qualificados. “A existência do diploma não é garantia de boas reportagens”, ressalta (p. 34).

Como sugere Bertrand, um cenário ideal abarcaria a existência das três esferas de responsabilização de mídia. No entanto, fatores culturais, sociais e educacionais representam entraves para a articulação desses grupos. Os problemas estão tanto na configuração da sociedade quanto da mídia. Se por um lado o jornalismo foi concebido como serviço de utilidade pública, em muitos países, ele está organizado como um serviço privado, comandado por empresas que visam o lucro e não o desenvolvimento humano. Soma-se a isso a baixa escolaridade das populações e sua pequena capacidade de mobilização.

Para viabilizar esse processo de fundação dos MAS, Bertrand sugere, em primeiro lugar, investimentos em alfabetização de mídia, visto que a maioria da população desconhece os meios de construção da notícia. A grade poderia ser incluída na educação básica, incluindo debates sobre coberturas jornalísticas, desde o âmbito local até o nacional. O segundo passo seria investir na qualificação dos profissionais de mídia para que, em seguida, houvesse a autocrítica dos mesmos. Dessa forma, com a educação da esfera cidadã e profissional, o autor acredita que será possível alcançar níveis de produção éticos e que favoreçam a transformação e o desenvolvimento social através da comunicação.

### **Referência Bibliográfica**

BERTRAND, Claude-Jean. *O Arsenal da Democracia. Sistemas de Responsabilização de Mídia.* Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002, p.35 a 55.